

MAI 2006

Sociedade Dividida

JORNAL DO BRASIL

Brasil

Apolêmica sobre taxas de juros veio comprovar que a sociedade brasileira hoje está dividida em duas categorias. De um lado, situam-se os com bancos, e de outro, concentram-se os sem bancos. Em termos de pressão política e repercussão, as duas forças disputam espaço e se equivalem. Em números, porém, a distância é colossal. Os brasileiros com bancos não passam de seis abonados. Enquanto o grupo dos sem bancos é constituído por 175 milhões. A favor desses últimos conta a recente adesão do vice-presidente da República, José Alencar, mas nem assim conseguiram virar o placar da política monetária altamente favorável ao pequeno time dos com bancos.

A clivagem é clara. E deixa em campos opostos a minoria do setor financeiro e a ampla maioria formada pelo setor produtivo. Enquanto os com bancos aplaudem a receita ortodoxa do Banco Central, os sem bancos se desesperam em meio a choro e ranger de dentes. Os bancos são, sem dúvida, os beneficiários da política econômica ao longo das últimas duas décadas. Contudo, é bobagem atirar pedras no sistema bancário. Muito do seu desempenho se deve a esforço e brilhantismo. Saíram vencedores ao enfrentar a concorrência pesada das instituições estrangeiras. Faça-se justiça: os excelentes resultados do setor financeiro não se devem apenas às taxas de juros. Até porque os juros altos trazem grave contrapartida em termos de insolvência e inadimplência dos clientes.

O certo é que o ciclo da economia foi altamente favorável aos com bancos. E quem ficou fora da roda enfrenta grande dificuldade. A bem da verdade, o ministro da Fazenda, Antônio Palocci, está tomando as decisões que o momento exige. Ele e o presidente do Banco Central têm razão: é melhor impor sacrifícios agora do que daqui a dois anos, com o país mergulhado nas trevas do repique inflacionário. O pior que poderia acontecer ao Brasil seria a volta das sucessivas e frustradas políticas de combate à inflação. O preço da estabilidade é amargo. Porém, sem ambiente estável, anula-se qualquer perspectiva de crescimento.

É compreensível a decepção do setor produtivo com a decisão do Copom de manter a taxa de juros no patamar de 26,5%. Mas não custa dar a devida atenção às palavras do ministro do Planejamento, Guido Mantega. A curto prazo, o objetivo do governo Lula é acabar com a vulnerabilidade da economia. Apesar dos excelentes resultados, a tarefa ainda não foi concluída. A equipe econômica não está de braços cruzados. Tem compromisso com o crescimento e prepara um pacote de crédito e incentivos às empresas privadas.

Para além das taxas de juros, a estabilidade só será garantida pelas reformas estruturais. A única que merece reparos é a reforma tributária. O projeto sustenta a arrecadação quando o que a sociedade deseja é a redução da carga tributária. Existem correções a fazer. Mas o futuro depende das reformas.